



OP-003JH-21
CÓD: 7908403506033

PM-PI

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PIAUÍ

500 Questões Gabaritadas

LÍNGUA PORTUGUESA

1.(NUCEPE - 2017 - PM-PI - SOLDADO DA POLÍCIA MILITAR)

TEXTO 2



Disponível em: <https://www.uninassau.edu.br/noticias/combate-violencia-contra-mulher-em-salvador>. Acesso em 13/06/17.

A análise global do Texto 2 revela que ele tem, principalmente, uma função

- (A) lúdica.
- (B) poética.
- (C) expositiva.
- (D) publicitária.
- (E) informativa.

2.(NUCEPE - 2017 - PM-PI - SOLDADO DA POLÍCIA MILITAR)

TEXTO 2



Disponível em: <https://www.uninassau.edu.br/noticias/combate-violencia-contra-mulher-em-salvador>. Acesso em 13/06/17.

São elementos não verbais que cooperam para os sentidos do Texto 2:

- 1) a imagem apresentada, que choca o leitor e, assim, enfatiza a importância do tema abordado.
- 2) cores diferentes contrastando os sujeitos (covardes/ vencedoras) com suas respectivas ações (batem/ combatem).
- 3) a disposição da frase de efeito no centro do texto.
- 4) a opção pelo fundo de cor preta, que, em nossa cultura, expressa sobriedade e luto.

Estão corretos:

- (A) 1, 2 e 3, apenas.
- (B) 1, 2 e 4, apenas.
- (C) 1, 3 e 4, apenas.
- (D) 2, 3 e 4, apenas.
- (E) 1, 2, 3 e 4.

3.(NUCEPE - 2017 - PM-PI - SOLDADO DA POLÍCIA MILITAR)

TEXTO 2



Disponível em: <https://www.uninassau.edu.br/noticias/combate-violencia-contra-mulher-em-salvador>. Acesso em 13/06/17.

O argumento principal do Texto 2 é o de que a violência contra a mulher será superada se:

- (A) os homens se acovardarem.
- (B) as mulheres denunciarem.
- (C) as pessoas se unirem mais.
- (D) os homens pararem de bater.
- (E) as mulheres vencerem os homens.

4.(NUCEPE UESPI - SOLDADO (PM PI)/2017)

TEXTO 1

“Ao avistar a guarnição da polícia, o elemento empreendeu fuga em desabalada carreira, pulando muros e invadindo quintais. Depois o meliante adentrou num matagal, tomando rumo ignorado”. Se você acompanha programas policiais, deve ter percebido que o texto acima faz parte da linguagem simbólica das polícias Militar e Civil, um pouco mais da primeira instituição.

No “mundo policial” há alguns termos e expressões que são entendidos apenas por aqueles que fazem parte da instituição. Na maioria das vezes, são comandos ou gírias que estabelecem níveis de comunicação entre os membros da corporação. O objetivo é manter o conteúdo de mensagens importantes restrito a seus membros, evitando o vazamento desnecessário de informações.

O jornalista policial acaba aprendendo essa linguagem simbólica. O repórter-foca (iniciante) é capaz de não compreender uma ocorrência policial registrada numa delegacia qualquer. É comum o repórter policial encontrar termos como mocó (esconderijo); meliante (bandido); invólucro (papelote de droga); minuciosa (abordagem completa no suspeito); cão (revólver); chuço (policiais escrevem ‘chuncho’ – arma artesanal pontiaguda, geralmente fabricada no interior dos presídios); tereza (corda feita com lençóis, geralmente usada para fuga em presídios); cavalo doido (vários presos correndo ao mesmo tempo rumo ao muro para tentar fuga das unidades prisionais); x-9 (delator, o chamado dedo-duro); armar a casa (fazer uma emboscada); oxi (cocaína oxidada, pura); RP (Rádio Patrulha); positivo/operante (ok durante a operação). Isso sem incluir os códigos usados somente entre os militares.

Pois bem. Imagine você que um repórter iniciante chega à delegacia logo pela manhã e se depara com a seguinte ocorrência: “A guarnição RP 0000, em patrulhamento de rotina pela Zona Leste, deparou-se com dois elementos em atitudes suspeitas, saindo de um mocó. Em revista minuciosa aos meliantes, foram encontrados 30 invólucros de oxi, dois chunchos e um revólver. Os acusados confessaram que fugiram recentemente do presídio Urso Branco. Na fuga, usaram um tereza, e usariam o revólver para armar a casa de um rival. Os conduzidos foram encaminhados para a delegacia, para que o delegado tome as medidas de praxe.” Para o perfeito entendimento da ocorrência, o repórter precisaria perguntar alguns termos aos policiais.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICA BÁSICA

1. (NUCEPE - 2019 - PREFEITURA DE TERESINA - PI - PROFESSOR DE 2º CICLO (6º AO 9º ANO) - MATEMÁTICA) Em determinado exame, Sara obteve menos pontos que Manuel, Henrique menos pontos que Sara e Nancy mais pontos que Vannesa. Se Vannesa conseguiu mais pontos que Manuel, quem obteve a pontuação mais alta?

(A) Nancy.
 (B) Manoel.
 (C) Sara.
 (D) Herinque.
 (E) Vannesa.

2. (NUCEPE - 2019 - PREFEITURA DE CAPITÃO DE CAMPOS - PI - GUARDA-CIVIL MUNICIPAL) Qual das sentenças abaixo é uma sentença aberta?

(A) Paulo é inteligente.
 (B) Se Marcos é teresinense, então Marcos é piauiense.
 (C) João fala inglês ou francês.
 (D) $x + 2 = 5$, onde x é um número inteiro.
 (E) Para todo x inteiro, $x + 2 = 5$.

3. (NUCEPE - 2019 - PREFEITURA DE CAPITÃO DE CAMPOS - PI - GUARDA-CIVIL MUNICIPAL) Qual das proposições seguintes é equivalente a “Se Cássia nasceu em Capitão de Campos, então Cássia é piauiense”?

(A) Cássia nasceu em Capitão de Campos e é piauiense.
 (B) Cássia nasceu em Capitão de Campos ou é piauiense.
 (C) Cássia não nasceu em Capitão de Campos e é piauiense.
 (D) Se Cássia não é piauiense, então Cássia não nasceu em Capitão de Campos.
 (E) Cássia nasceu em Capitão de Campos e não é piauiense.

4. (NUCEPE - 2019 - PREFEITURA DE CAPITÃO DE CAMPOS - PI - GUARDA-CIVIL MUNICIPAL) A negação da proposição “Se a maré estiver baixa, então irei a praia” é dada por:

(A) Se a maré estiver baixa, então não irei a praia.
 (B) A maré estava baixa e não fui a praia.
 (C) A maré estava baixa e fui a praia.
 (D) Não é verdade que a maré estava baixa e fui a praia.
 (E) Vou à praia quando a maré está baixa.

5. (NUCEPE - 2020 - PREFEITURA DE TIMON - MA - PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA - MATEMÁTICA) Os números naturais surgiram da necessidade humana de contar e de ordenar. Os números inteiros são formados pelos naturais, os naturais acrescidos do sinal negativo e o zero, ou seja, são compostos de valores positivos, negativos e do zero. Números que podem ser escritos na forma de fração, com numerador e denominador inteiros e denominador diferente de zero, são chamados de números racionais. Números que têm infinitas casas decimais e não são periódicos são chamados de números irracionais. A união entre o conjunto dos números racionais e o conjunto dos números irracionais forma o conjunto dos números reais. Assim, levando-se em conta essas afirmações, é CORRETO afirmar que

(A) o conjunto $A = \{1, 2, 3\}$ é fechado em relação à adição.
 (B) os números naturais são fechados em relação à subtração.
 (C) o número $2 + \sqrt{3}$ é racional.
 (D) todo número natural, diferente de 1, pode ser decomposto em fatores primos de modo único, a menos da ordem dos fatores.
 (E) o número 173290 tem 34 divisores naturais.

6. (NUCEPE - 2019 - PREFEITURA DE TIMON - MA - GUARDA-CIVIL MUNICIPAL) Eduardo vai ao médico para uma consulta de rotina. A secretária lhe entrega uma senha numérica para uma espera mais organizada. A seguir temos afirmações sobre o número de senha de Eduardo:

I) A soma dos dígitos do número é 9.
 II) Dois dos dígitos do número são iguais.
 III) O número é menor que 105.
 IV) O número é maior que 43.
 V) O número é primo.

Sabendo-se exatamente que uma das afirmações acima é falsa, assinale abaixo o número da senha de Eduardo:

(A) 63
 (B) 81
 (C) 90
 (D) 101
 (E) 103

7. (NUCEPE - 2019 - PREFEITURA DE TIMON - MA - GUARDA-CIVIL MUNICIPAL) Em uma festa de Natal (em que as pessoas se cumprimentam), cada pessoa cumprimenta exatamente outras três pessoas.

I) É possível que na festa tivessem 2.019 pessoas?
 II) Se foram totalizados 3.030 cumprimentos, quantas pessoas havia na festa?

De acordo com as perguntas I) e II) acima, marque a alternativa CORRETA abaixo:

(A) I) Sim; II) 2.020
 (B) I) Não; II) 3.030
 (C) I) Sim; II) 2.019
 (D) I) Não; II) 2.019
 (E) I) Não; II) 2.020

CONHECIMENTOS GERAIS (ATUALIDADES)

1.(NUCEPE UESPI - SOLDADO (PM PI)/2017)

O processo de aquecimento global tem gerado inúmeros impactos em diferentes países e regiões da Terra. Dentre as principais decisões tomadas pela Conferência do Clima (COP-21), realizada em Paris, em 2015, para combater o aquecimento global, estão:

- (A) substituição imediata da energia elétrica pela energia eólica e diminuição da produção de carros a diesel.
- (B) criação de áreas internacionais para reflorestamento e aumento de produtos orgânicos não industrializados.
- (C) aplicação de multas a países produtores de gás carbônico e bonificação para países que reduzirem o consumo de energias não renováveis.
- (D) diminuição do consumo de bens produzidos por energia não renovável e aumento da produção de bens à base de energia solar.
- (E) manutenção do aquecimento global abaixo de 2º C em relação aos níveis da era pré-industrial, e redução drástica da emissão de gases do efeito estufa.

2.(NUCEPE UESPI - SOLDADO (PM PI)/2014)

Em setembro de 2013, a bióloga brasileira Ana Paula Maciel foi detida enquanto estava a bordo de um navio da ONG ambiental Greenpeace. A prisão foi decretada pelo governo russo e reflete a hostilidade de boa parte dos governos com relação à política de preservação ambiental. O estopim que levou à prisão da brasileira e de outros membros da ONG foi:

- (A) um protesto contra a lei russa que permite a exploração da pesca de 30 espécies marítimas em extinção.
- (B) um protesto contra a exploração de petróleo no Ártico.
- (C) uma manifestação contra a implantação de cinco bases nucleares na área de preservação ambiental no Ártico.
- (D) um protesto contra a captura de pinguins nos mares que banham o norte da Rússia.
- (E) uma manifestação a favor da exploração da pesca marítima.

3.(NUCEPE UESPI - SOLDADO (PM PI)/2014)

Instituído em 2011, o Programa de Apoio à Conservação Ambiental (conhecido como Bolsa Verde), faz parte do Plano Brasil sem Miséria e é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente. Sobre este programa, é correto afirmar que:

- (A) o Programa privilegia os estados do Nordeste do país concedendo uma bolsa mensal para os beneficiários que desenvolvem atividades de preservação ambiental.

(B) o Programa tem como objetivo fornecer uma bolsa aos alunos de escolas públicas que desenvolvem projetos ligados à preservação do meio ambiente.

(C) o Programa fornece um auxílio mensal às famílias que trabalham em lixões e aterros sanitários. Este auxílio é uma forma de incentivar a política de combate à degradação do meio ambiente.

(D) o Programa é destinado exclusivamente às famílias que moram nas zonas rurais da região Nordeste. Para ter acesso a ele, os beneficiários precisam ser cadastrados em ONGs ligadas à preservação ambiental.

(E) os beneficiários recebem trimestralmente uma bolsa para a conservação dos ecossistemas por meio do uso sustentável dos recursos naturais.

4.(NUCEPE UESPI - SOLDADO (PM PI)/2017)

Para o professor Milton Santos, em seu livro “Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal”, a globalização “é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista” (2001, p. 23). Com base nesta compreensão do professor Milton Santos, é correto afirmar que a globalização é:

- (A) o processo irreversível de internacionalização do capitalismo que levou a economia global ao ponto máximo de seu desenvolvimento.
- (B) o processo que leva, necessariamente, à constituição de uma consciência universal e solidária.
- (C) um movimento do mundo capitalista que visa à internacionalização de todos os povos.
- (D) um processo, do mesmo jeito que a internacionalização, típico do capitalismo industrial.
- (E) o centro da economia capitalista que fez surgir uma consciência universal, no lugar de um pensamento único.

5.(NUCEPE UESPI - SOLDADO (PM PI)/2017)

Como uma das contradições do desenvolvimento capitalista, pode-se apontar o processo de fragmentação do espaço, na medida em que a globalização visa integrar os diferentes espaços geográficos. A fragmentação do espaço se caracteriza:

- (A) pela produção de espaços desiguais, advindos principalmente do processo de expansão econômica, característica do capitalismo globalizado.
- (B) pela criação de novos espaços geográficos multifragmentados, visando ao desenvolvimento capitalista.
- (C) pela divisão dos espaços sociais em diferentes parcelas do mundo globalizado.
- (D) pelo aumento da quantidade de espaços geográficos, fruto do desenvolvimento capitalista.
- (E) pela delimitação dos espaços sociogeográficos do mundo globalizado, permitindo, assim, um maior desenvolvimento econômico de todos os povos.

LEGISLAÇÃO MILITAR

1. (NUCEPE UESPI - CABO (PM PI)/2013) O comandante de uma guarnição policial militar recebeu uma notícia criminis com determinação de atendimento de ocorrência difundida pelo COPOM, todavia você policial militar na função de comandante, obviamente deverá colher todas as informações sobre o acontecimento e, posteriormente repassá-la aos demais policiais, assim exaurindo a dúvida sobre a função de cada policial militar empregado na ação. Assinale a alternativa que apresenta as fases da abordagem.

- (A) conter, evacuar e planejar.
- (B) motivação da abordagem, plano de ação e preparação mental.
- (C) conter, preparação mental e ratificação da suspeição.
- (D) motivação da abordagem, pensamento tático e execução.
- (E) execução, planejamento mental e plano de ação.

2. (NUCEPE UESPI - CABO (PM PI)/2013) A Busca Pessoal é aquela executada exclusivamente em pessoas. Nesse sentido, você policial militar sendo o sujeito ativo da busca pessoal poderá exercitar nas seguintes condições, EXCETO.

- (A) quando for discricionária a ação de abordar e efetuar busca pessoal indiscriminadamente em todas as pessoas.
- (B) no caso de prisão.
- (C) quando houver fundada suspeita de que alguém oculte consigo: instrumento ou produto do crime.
- (D) quando houver fundada suspeita de que alguém oculte consigo: elemento de prova.
- (E) quando for determinada no curso de regular busca domiciliar.

3. (NUCEPE UESPI - CABO (PM PI)/2013) A abordagem a pessoas envolve um conjunto ordenado de ações policiais para se aproximar de um ou mais indivíduos, quando houver fundada suspeita da prática de delitos, a fim de minimizar os riscos de perigo, ratificar ou não a ação delituosa, com intuito de impedir abuso, visando o bem comum. Nesse sentido, é correto afirmar, EXCETO.

- (A) o ato de abordar é discricionário, desde que respeitado os limites da Lei, pois a finalidade precípua é o bem comum.
- (B) o policial militar ao encontrar o ponto de foco, deverá conter, isolar e controlar.
- (C) constatado indício de crime, estando tudo em ordem, os documentos são devolvidos e o policial deverá liberar o abordado.

(D) o policial militar deverá estar apto para avaliar e responder adequadamente às ameaças que poderá enfrentar durante uma abordagem.

(E) a verbalização é determinante para que o abordado se posicione no lugar e na posição indicada.

4. (NUCEPE UESPI - CABO (PM PI)/2013) A doutrina policial nos ensina que uma abordagem segura, no aspecto efetivo, deve contar com três policiais para cada abordado. Assim, assinale a alternativa correta em relação à abordagem policial.

- (A) Na abordagem a edificação as portas devem ser transpostas sem cuidado, sendo desnecessária, a utilização de espelhos ou técnicas de tomada de ângulo.
- (B) Na transposição de obstáculo, como muro, deve ser rápida, sempre na posição totalmente em pé, desprovido da presença de cobertura no momento.
- (C) Na abordagem do veículo "carro", ao aproximar-se de um veículo, o policial deve procurar fazê-lo pela retaguarda, sem aproveitar o ângulo morto proporcionado pelas colunas traseira do veículo abordado, sempre se posicionando totalmente em frente à janela e desatento aos acontecimentos no interior do veículo.
- (D) No princípio da unidade de comando todos os policiais da equipe devem comandar a abordagem e dar as ordens, pois a emissão de ordens ao mesmo tempo evita confusão e não prejudicará a ação policial.
- (E) No princípio da ação vigorosa o policial deve neutralizando o menor esboço de reação, evidenciando a importância de fatores psicológico, a postura e a conduta, como inibidores de uma possível reação.

5. (NUCEPE UESPI - CABO (PM PI)/2013) Sendo o Policiamento Ostensivo uma atividade dinâmica de polícia ostensiva, que obedece a características, princípios e variáveis próprias, objetivando satisfazer as necessidades básicas das comunidades e do cidadão. Marque a alternativa que apresenta somente princípios do policiamento ostensivo.

- (A) universalidade, dinâmica e coordenação das ações.
- (B) antecipação, aplicação e continuidade.
- (C) isenção, inviolabilidade e conhecimento da missão.
- (D) aplicação, relacionamento e ação pública.
- (E) profundidade, efetividade e planejamento.

6. (NUCEPE UESPI - CABO (PM PI)/2013) Em relação à doutrina de Polícia Comunitária, identifique a alternativa CORRETA.

- (A) A Polícia Comunitária deve ser trabalhada principalmente na mídia, através da imprensa, pois representa um ótimo marketing para a Corporação.
- (B) A eficácia policial é medida pelo número de prisões realizadas no menor espaço de tempo, ou seja, é o tempo resposta.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (NUCEPE - 2019 - PREFEITURA DE CAPITÃO DE CAMPOS - PI - GUARDA-CIVIL MUNICIPAL) De acordo com a Constituição Federal de 1988, é vedado aos juízes:

- (A) exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, ainda que de magistério.
- (B) receber, salvo em circunstâncias excepcionais, custas ou participação em processo.
- (C) dedicar-se à atividade político-partidária.
- (D) receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, vedada a possibilidade de a lei ressaltar exceções.
- (E) exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos cinco anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

2. (NUCEPE - 2019 - PREFEITURA DE CAPITÃO DE CAMPOS - PI - GUARDA-CIVIL MUNICIPAL) Sobre o Poder Legislativo na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.
- (B) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes dos Estados, eleitos, pelo sistema majoritário, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
- (C) O Senado Federal compõe-se de representantes do povo, eleitos segundo o princípio proporcional.
- (D) Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de quatro anos.
- (E) Cada Senador será eleito com apenas um suplente.

3. (NUCEPE - 2019 - PREFEITURA DE CAPITÃO DE CAMPOS - PI - GUARDA-CIVIL MUNICIPAL) Sobre os direitos políticos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos e, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular.
- (B) São condições de elegibilidade a idade mínima de trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e de trinta anos para Senador.
- (C) O domicílio eleitoral na circunscrição constitui condição de elegibilidade, na forma da lei.

- (D) São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.
- (E) É vedada a cassação de direitos políticos.

4. (NUCEPE - 2019 - PREFEITURA DE CAPITÃO DE CAMPOS - PI - GUARDA-CIVIL MUNICIPAL) De acordo com a Constituição Federal de 1988, NÃO são privativos de brasileiro nato os cargos:

- (A) da carreira diplomática.
- (B) de oficial das Forças Armadas.
- (C) de Ministro de Estado da Defesa.
- (D) de Presidente do Senado Federal.
- (E) de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

5. (NUCEPE - 2019 - PREFEITURA DE CAPITÃO DE CAMPOS - PI - GUARDA-CIVIL MUNICIPAL) De acordo com a Constituição Federal de 1988, compete aos Municípios:

- (A) emitir moeda.
- (B) organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.
- (C) instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- (D) explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
- (E) legislar sobre assunto de interesse regional.

6. (NUCEPE - 2019 - PREFEITURA DE CAPITÃO DE CAMPOS - PI - GUARDA-CIVIL MUNICIPAL) Conforme o artigo 5º da Constituição Federal, marque a alternativa CORRETA.

- (A) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, permitida a de caráter paramilitar, nos casos previstos em lei federal.
- (B) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, sendo permitida a interferência estatal em seu funcionamento.
- (C) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, em ambos os casos, o trânsito em julgado.
- (D) Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado, salvo ordem judicial.
- (E) As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1.(NUCEPE UESPI - OFICIAL (PM PI)/2014)

A qualidade do ato administrativo pela qual este pode se impor a terceiros, independentemente de sua concordância, decorre do:

- (A) atributo da autoexecutoriedade.
- (B) atributo da presunção de legitimidade.
- (C) atributo da exigibilidade.
- (D) requisito da competência.
- (E) atributo da imperatividade.

2.(NUCEPE UESPI - CABO (PM PI)/2013/CFC 2013)

São atributos do Ato Administrativo.

- (A) Sujeito, objeto, forma, finalidade e motivo.
- (B) Imperatividade, sujeito, tipicidade, objeto e presunção de legitimidade ou de legalidade.
- (C) Presunção de legitimidade ou de legalidade, imperatividade, auto-executoriedade, exigibilidade e tipicidade.
- (D) Auto-executoriedade, finalidade, objeto, exigibilidade e motivo.
- (E) Presunção de legalidade ou de legitimidade, auto-executoriedade, sujeito e imperatividade e motivo.

3.(NUCEPE UESPI - OFICIAL (PM PI)/2014)

Nos termos do disposto na Lei n° 8.987/95, que trata dos regimes de concessão e permissão de serviço público, analise as seguintes proposições.

- 1) As concessões e permissões sujeitar-se-ão à fiscalização pelo poder concedente responsável pela delegação, com a cooperação dos usuários.
- 2) Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando motivada por razões de ordem técnica.
- 3) O poder concedente publicará, previamente ao edital de licitação, ato justificando a conveniência da outorga de concessão ou permissão, caracterizando seu objeto, área e prazo.
- 4) Para fins de concessão e permissão, o ato de delegação deve abranger integralmente o exercício da atribuição delegada, sendo vedada a imposição de ressalvas ou limitações.

Estão corretas, apenas:

- (A) 1 e 2.
- (B) 1 e 4.
- (C) 3 e 4.
- (D) 1, 2, e 3.
- (E) 2, 3 e 4.

4.(NUCEPE UESPI - OFICIAL (PM PI)/2014)

Sobre agentes públicos, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, investido no mandato de Prefeito, receberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, se houver compatibilidade de horários.
- (B) Os atos de improbidade administrativa importarão na suspensão dos direitos políticos, na perda da função pública, na indisponibilidade dos bens e no ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.
- (C) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

(D) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratória para efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

(E) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.

5.(NUCEPE UESPI - OFICIAL (PM PI)/2014)

A Lei n° 8.429/92 dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Segundo o mencionado diploma legal, constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente. O crime citado prevê as seguintes penas:

- (A) 06 (seis) a 10 (dez) meses, e multa.
- (B) 08 (oito) a 10 (dez) meses, e multa.
- (C) 04 (quatro) a 10 (dez) meses, ou multa.
- (D) 03 (três) a 06 (seis) meses, ou multa.
- (E) 03 (três) a 08 (oito) meses, ou multa.

6.(NUCEPE UESPI - CABO (PM PI)/2013/CFC 2013)

De conformidade com a Lei 8.666/93, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, marque a opção INCORRETA.

- (A) As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.
- (B) Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores.
- (C) Subordinam-se ao regime desta Lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- (D) Obra é toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta.
- (E) São modalidades de licitação a concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão

7.(NUCEPE UESPI - OFICIAL (PM PI)/2014)

No que tange aos contratos administrativos, é correto afirmar que:

- (A) as disposições legais de Direito Privado que regem a relação contratual não se aplicam aos contratos firmados pelos órgãos e instituições da Administração Pública, independentemente do objetivo ou das circunstâncias em que são firmados.
- (B) a rescisão administrativa ou amigável do contrato administrativo deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- (C) a inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais, não se aplicando as previstas em lei ou regulamento.
- (D) poderá ser rescindido o contrato administrativo quando da ocorrência de caso fortuito ou força maior, desde que sejam regularmente comprovados, sendo irrelevante se tem ou não relação direta com o motivo impeditivo da execução contratual.

DIREITO PENAL

1. (NUCEPE UESPI - OFICIAL (PM PI)/2014)

Sobre os princípios constitucionais do Direito Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Via de regra, a lei penal não retroage no tempo; porém, quando a nova lei beneficiar o réu, mesmo que transitada em julgado sentença condenatória, poderá este ser beneficiado.
- (B) Em nenhuma hipótese se admitem penas com caráter cruel, a exemplo das penas de caráter perpétuo, trabalhos forçados e a pena de morte.
- (C) No caso de morte do condenado à pena restritiva de direito, respondem penal e civilmente seus herdeiros em linha reta ou colateral até o 2º grau.
- (D) Segundo o princípio da legalidade, a tipificação da conduta delituosa praticada como crime independe da existência da correspondência entre a conduta praticada e a previsão legal.
- (E) O princípio da intervenção mínima do Direito Penal encontra expressão no princípio da fragmentariedade e na teoria da imputação objetiva.

2. (NUCEPE UESPI - OFICIAL (PM PI)/2014)

Quanto às normas que disciplinam a aplicação territorial da lei penal, é correto afirmar que:

- (A) somente é possível a homologação da sentença estrangeira quando a aplicação da lei brasileira produz na espécie as mesmas consequências, para sujeitar o condenado à medida de segurança.
- (B) considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
- (C) a única hipótese em que é dispensável o requerimento dos interessados para homologação de sentença estrangeira no Brasil é quando envolve condenação em obrigação de reparação de danos.
- (D) as normas contidas no Código Penal Brasileiro se sobrepõem às normas legais de caráter especial, quando divergirem entre si, no que se refere aos fatos incriminados por lei específica.
- (E) de acordo com as regras que disciplinam a contagem do prazo penal, exclui-se no cômputo, dia do começo, desprezando-se, nas penas privativas de liberdade e nas restritivas de direitos, as frações de dia.

3. (NUCEPE UESPI - SOLDADO (PM PI)/2017)

De acordo com o Código Penal Brasileiro, em relação ao crime, é correto afirmar que:

- (A) a superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado; os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou.

- (B) a omissão é penalmente irrelevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado.
- (C) pune-se a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.
- (D) o erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado isenta de pena o agressor.
- (E) se o fato é cometido em estrita obediência a ordem, manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem.

4. (NUCEPE UESPI - CABO (PM PI)/2013/CFC 2013)

Sobre o Estado de Necessidade é CORRETO afirmar:

- (A) Pode ser alegado por profissionais que tem o dever de enfrentar o perigo, a exemplo de policiais, bombeiros e salva-vidas.
- (B) No estado de necessidade é desnecessário o requisito da existência de perigo atual.
- (C) Deve haver comparação de valores entre os bens jurídicos postos em perigo.
- (D) No estado de necessidade, o autor da ilicitude poderia optar por outra conduta, para proteger bem jurídico próprio ou alheio, porém opta pela conduta que caracteriza a presença da excludente de ilicitude.
- (E) Nesta excludente de ilicitude há conflito de interesses, vez que uma pessoa para salvar bem juridicamente protegido próprio ou alheio, sacrifica bem de outrem.

5. (NUCEPE UESPI - OFICIAL (PM PI)/2014)

Quanto à participação de mais de um agente na prática de conduta tipificada como crime, é correto afirmar que:

- (A) ao agente que promove ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes cabe penalidade mais grave em relação aos demais participantes.
- (B) quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominada, na mesma proporção dos demais agentes.
- (C) não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, mesmo quando elementares do crime.
- (D) no crime de extorsão mediante sequestro cometido em concurso, mesmo que o concorrente denuncie à autoridade, facilitando a liberação do sequestrado, não cabe a redução de sua pena, em face da natureza do crime.
- (E) a instigação, o ajuste, a determinação ou o auxílio serão sempre puníveis, ainda que o crime não tenha sido consumado ou mesmo tentado.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (NUCEPE UESPI - PERITO (PC PI)/CRIMINAL/BIOLOGIA/2012) Acerca da prova, no Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Na análise da prova, o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida, podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação policial.
- (B) Na análise de prova, o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório inquisitorial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.
- (C) No julgamento do processo, o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.
- (D) No processo penal brasileiro, dado o princípio da fundamentação, o juiz não pode formar sua convicção pela livre apreciação da prova produzida.
- (E) A prova da alegação incube à parte que a fizer, não cabendo ao juiz de ofício determinar a realização de prova suplementar àquelas requeridas pelas partes.

2. (NUCEPE UESPI - AGENTE PENITENCIÁRIO (SEJUS PI)/2017) Quanto a lei processual no tempo, marque a alternativa CORRETA.

- (A) Um processo que tiver sido encerrado sob a vigência da lei processual anterior deverá ser revisto.
- (B) Se há um processo penal a ser iniciado, deverá ser regido pela nova lei processual, para que seu atos se tornem válidos e eficazes.
- (C) Caso o processo penal já tenha sido iniciado, os atos praticados deverão ser refeitos e, todos os posteriores deverão ser praticados conforme a nova lei.
- (D) No Brasil é adotado no processo penal o sistema da unidade processual, um complexo de atos inseparáveis uns dos outros, isto é, em todo o processo apenas poderá ser aplicada uma lei processual.
- (E) Os atos processuais regidos pela lei processual penal anterior não são considerados válidos.

3. (NUCEPE UESPI - DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL (PC PI)/2018) Em relação aos procedimentos do inquérito policial, é CORRETO afirmar que:

- (A) A autoridade fará minucioso relatório do que tiver sido apurado e enviará os autos ao juiz competente.

- (B) Em qualquer situação e em qualquer crime e para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos.
- (C) Todas as peças do inquérito policial serão, num só processo, reduzidas a escrito ou digitadas e, neste caso, há dispensa de serem todas as páginas rubricadas pela autoridade.
- (D) O inquérito deverá terminar no prazo de 10 (dez) dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia da comunicação ao juiz do cumprimento da ordem de prisão, ou no prazo de 30 (trinta) dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
- (E) No relatório poderá a autoridade indicar testemunhas que não tiverem sido inquiridas, mencionando o lugar onde possam ser encontradas. Quando o fato for de difícil elucidação, e o indiciado estiver solto, a autoridade poderá requerer ao juiz a devolução dos autos, para ulteriores diligências, que serão realizadas no prazo acordado pelo Ministério Público e marcado pelo juiz.

4. (NUCEPE UESPI - DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL (PC PI)/2018) O inquérito policial tem por finalidade identificar a autoria e a materialidade do crime. É CORRETO afirmar que:

- (A) Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, devem ser encaminhados ao poder judiciário e acompanharão os autos do inquérito remetidos ao Ministério Público.
- (B) O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.
- (C) O inquérito policial sendo dispensável não acompanhará a denúncia, mesmo que sirva de base à denúncia, sendo, neste caso, não encaminhado com a denúncia.
- (D) O delegado de polícia deve fornecer às autoridades judiciárias as informações necessárias à instrução e julgamento dos processos, bem como realizar as diligências requisitadas apenas pelo juiz, representar acerca da prisão preventiva.
- (E) A vítima, ou seu representante legal, e o réu poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade. O delegado deve cumprir os mandados de prisão expedidos pelas autoridades judiciárias sempre acompanhados do oficial de justiça.

DIREITO PENAL MILITAR

1.(NUCEPE UESPI - OFICIAL (PM PI)/2014)

Com relação à Lei Penal Militar, assinale a alternativa correta.

- (A) O defeito do ato de incorporação exclui a aplicação da lei penal militar, salvo se alegado ou conhecido antes da prática do crime.
- (B) O militar da reserva, ou reformado, conserva as responsabilidades e prerrogativas do posto ou graduação, para o efeito da aplicação da lei penal militar, apenas quando pratica crime militar.
- (C) Os militares estrangeiros, quando em comissão ou estágio nas forças armadas, ficam sujeitos à lei penal militar brasileira, ressalvado o disposto em tratados ou convenções internacionais.
- (D) A pena privativa da liberdade por mais de quatro anos, aplicada a militar, é cumprida em penitenciária militar e, na falta dessa, em estabelecimento prisional civil, ficando o recluso ou detento sujeito ao regime conforme a legislação penal comum, de cujos benefícios e concessões também poderá gozar.
- (E) A pena privativa da liberdade por mais de três anos, aplicada a militar, é cumprida em penitenciária militar e, na falta dessa, em estabelecimento prisional civil, ficando o recluso ou detento sujeito ao regime conforme a legislação penal comum, de cujos benefícios e concessões também poderá gozar.

2.(NUCEPE UESPI - OFICIAL (PM PI)/2014)

Dentre as “Penas Principais” previstas no Código Penal Militar temos a “Pena de Morte”, que é executada por fuzilamento. A sentença definitiva de condenação à morte é comunicada, logo que passe em julgado, ao Presidente da República, e não pode ser executada senão depois de:

- (A) 30 (trinta) dias após a comunicação.
- (B) 07 (sete) dias após a comunicação.
- (C) 15 (quinze) dias após a comunicação.
- (D) 05 (cinco) dias após a comunicação.
- (E) 02 (dois) dias após a comunicação.

3.(NUCEPE UESPI - OFICIAL (PM PI)/2014)

Com relação às “Penas Principais” previstas no Código Penal Militar, assinale a alternativa correta.

- (A) O mínimo da pena de reclusão é de um ano, e o máximo de trinta anos; o mínimo da pena de detenção é de quinze anos, e o máximo de dez anos.
- (B) O mínimo da pena de reclusão é de um ano, e o máximo de trinta anos; o mínimo da pena de detenção é de trinta dias, e o máximo de quinze anos.
- (C) O mínimo da pena de reclusão é de um ano, e o máximo de trinta anos; o mínimo da pena de detenção é de dez dias, e o máximo de quinze anos.
- (D) O mínimo da pena de reclusão é de um ano, e o máximo de trinta anos; o mínimo da pena de detenção é de trinta dias, e o máximo de dez anos.
- (E) O mínimo da pena de reclusão é de um ano, e o máximo de trinta anos; o mínimo da pena de detenção é de dez dias, e o máximo de dez anos.

4.(NUCEPE UESPI - OFICIAL (PM PI)/2014)

A perda de posto e patente é uma “Pena Acessória” prevista no Código Penal Militar e resulta da condenação a pena privativa de liberdade por tempo superior a:

- (A) dois anos, e importa a perda das condecorações.
- (B) dois anos, e não importa a perda das condecorações.
- (C) quatro anos, e não importa a perda das condecorações.
- (D) quatro anos, e importa a perda das condecorações.
- (E) oito anos, e não importa a perda das condecorações.

5.(NUCEPE UESPI - OFICIAL (PM PI)/2014)

Fica sujeito à declaração de incompatibilidade com o oficialato o militar condenado pelos crimes de:

- (A) praticar ato de hostilidade contra país estrangeiro, expondo o Brasil a perigo de guerra e provocar, diretamente, país estrangeiro a declarar guerra ou mover hostilidade contra o Brasil ou a intervir em questão que respeite à soberania nacional.
- (B) praticar, indevidamente, no território nacional, ato de jurisdição de país estrangeiro, ou favorecer a prática de ato dessa natureza e violar território estrangeiro, com o fim de praticar ato de jurisdição em nome do Brasil.
- (C) entrar em entendimento com país estrangeiro, ou organização nele existente, para gerar conflito ou divergência de caráter internacional entre o Brasil e qualquer outro país, ou para lhes perturbar a relações diplomáticas e tentar submeter o território nacional, ou parte dele, à soberania de país estrangeiro.
- (D) entrar ou tentar entrar em entendimento com país estrangeiro, para empenhar o Brasil à neutralidade ou à guerra, e praticar ato de hostilidade contra país estrangeiro, expondo o Brasil a perigo de guerra.
- (E) conseguir, para o fim de espionagem militar, notícia, informação ou documento, cujo sigilo seja de interesse da segurança externa do Brasil e provocar, diretamente, país estrangeiro a declarar guerra ou mover hostilidade contra o Brasil ou a intervir em questão que respeite à soberania nacional.

6.(NUCEPE UESPI - OFICIAL (PM PI)/2014)

O crime militar de “recusar obedecer à ordem do superior sobre assunto ou matéria de serviço, ou relativamente a dever imposto em lei, regulamento ou instrução” prevê a seguinte pena:

- (A) reclusão, de dois a quatro anos, se o fato não constitui crime mais grave.
- (B) detenção, de um a dois anos, se o fato não constitui crime mais grave.
- (C) detenção, de dois a quatro anos, se o fato não constitui crime mais grave.
- (D) detenção, de seis meses a um ano, se o fato não constitui crime mais grave.
- (E) reclusão, de dois a seis anos, se o fato não constitui crime mais grave.

7.(NUCEPE UESPI - CABO (PM PI)/2013/CFC 2013)

O crime de Deserção tem por tutela penal o serviço militar, considerando a necessidade da Instituição Militar contar com o seu efetivo estabelecido em lei. Sobre essa infração penal militar é CORRETO afirmar que:

- (A) O militar no desempenho de função de natureza civil pratica crime de Deserção.
- (B) A Deserção é um crime impropriamente militar e instantâneo.
- (C) Pratica crime de Deserção, o civil que aprovado em concurso público para o cargo de Soldado da Polícia Militar do Piauí, não comparece ao ato de sua incorporação.